

Os Recursos Estratégicos Da Amazônia Brasileira e a Cobiça Internacional

Julia Fernanda Vargas da Costa¹
Nina Sanmartin Moreira Alves²

RESUMO: O presente artigo aborda a importância geoestratégica da Amazônia brasileira e a cobiça internacional sobre seus recursos. Essa região, por apresentar diversas riquezas, possui grande valor geoestratégico para o Brasil. Devido à necessidade crescente de recursos para movimentar a economia global e à diminuição dos estoques ao redor do planeta, a Amazônia passa a atrair, cada vez mais, a atenção de países desenvolvidos, que cobiçam as potencialidades dessa parte do território brasileiro. Essa realidade geopolítica gera, portanto, a necessidade de uma maior presença do Estado brasileiro na região, além da formulação de estratégias para a defesa e o desenvolvimento econômico dessa área, com o intuito de assegurar e proteger a soberania e o patrimônio nacional.

Palavras-chave: Amazônia. Recursos naturais. Cobiça internacional. Defesa nacional. Soberania nacional.

1 Graduanda de Relações Internacionais da UNISINOS

2 Graduanda de Relações Internacionais da UNISINOS

1 Introdução

Esse artigo tem como objetivo apresentar a importância da Amazônia como patrimônio geoestratégico brasileiro e a cobiça internacional sobre essa região. Para tanto, será dividido em três seções.

A primeira tratará da Amazônia e de seus recursos estratégicos e será subdividida em três partes: biodiversidade, minerais e água. A segunda tratará da Amazônia Legal e das estratégias de defesa do governo brasileiro e também será subdividida em três partes: Amazônia Legal, políticas de segurança nacional e o papel do Estado no controle efetivo do território. A última seção abordará o tópico de cobiça internacional e, assim como as anteriores, será subdividida em três partes: apanhado histórico, internacionalização da Amazônia e novas medidas adotadas pelo governo para manter sua soberania. A divisão foi realizada visando responder a seguinte pergunta: de que forma a Amazônia, patrimônio geoestratégico brasileiro, é alvo de cobiça internacional?

A Amazônia é uma região rica em recursos estratégicos: abriga metade das espécies terrestres do planeta, a maior bacia hidrográfica do mundo, aproximadamente 40 mil espécies de plantas, valioso estoque de minerais. No Brasil, que engloba cerca de 60% da Bacia Amazônica, o bioma se estende por 4,2 milhões de quilômetros quadrados (49% do território nacional). Se pensada através da região administrativa conhecida como Amazônia Legal, esse número aumenta: são 5,2 milhões de quilômetros quadrados, que alcança nove estados e abrange quase 60% da totalidade do território brasileiro.³

Com a globalização e o aumento da competição internacional, tornou-se evidente a necessidade de novas fontes de matérias primas, como gás, petróleo, minerais e, especialmente, água. Assim, diante da perspectiva global de escassez de recursos naturais, países desenvolvidos, que possuem um histórico de apropriação e exploração desses recursos em nações em desenvolvimento, voltam sua atenção às regiões detentoras dessas riquezas. Dessa forma, a Amazônia passa a ser alvo de cobiça internacional. Para garantir a soberania sobre a região, o Estado brasileiro investiu em políticas governamentais, que visam ao monitoramento, a uma

3 BRASIL. Greenpeace. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Amazonia/>>. Acesso em: 2 de nov. 2017.

maior militarização das fronteiras amazônicas e ao crescimento social, econômico e sustentável.

2 A Amazônia E Seus Recursos Estratégicos

A relevância da Amazônia no cenário internacional se dá devido ao estoque de recursos naturais da região – biodiversidade, minerais e água. Os 2.014.238 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia brasileira têm sido objeto de interesse de alguns dos principais atores da geopolítica mundial nos últimos séculos. Esse fascínio é decorrência de algumas particularidades da região, que é detentora de 20% da água doce disponível e de 12% de toda a biodiversidade do planeta, além do enorme potencial econômico dos minerais em seu subsolo (BRASIL, 2012).

A Amazônia é um espaço vital por sua extensão territorial, riquezas naturais e biodiversidade. A potencialidade de seu estoque de recursos energéticos e minerais necessários para o engendramento de novas tecnologias fez com que a região passasse a ser foco de atenções internacionais de forma mais contundente no século XXI. A seguir, neste trabalho, pretende-se estimar os principais recursos estratégicos da Amazônia, que despertam a cobiça internacional nos últimos séculos (AMIN, 2015, p. 17-23).

2.1 Biodiversidade

Quando se fala em biodiversidade, logo se faz presente a lembrança da Amazônia e, em especial, de sua parte brasileira. O ecossistema amazônico representa um terço das reservas de floresta tropical do mundo, que se estende por 7.300.000 quilômetros quadrados e corresponde a 5% da superfície terrestre (STROH, 1998, p. 80). O Brasil comporta 68,2% dessa área e é o país que possui a maior cobertura florestal tropical do mundo, que abriga cerca de 12% de toda a biodiversidade do planeta.

Devido a sua vasta riqueza, a região da Amazônia brasileira tornou-se um campo percorrido por inúmeros cientistas, indústrias e governantes nacionais e internacionais. Nessa área, a atividade mineradora, madeireira, agropecuária e a prática da biopirataria genética traz à tona o lado nocivo dos interessados na Amazônia (OLIVEIRA, 2002, p. 58).

O biólogo e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Juan Revilla, em seu livro *Plantas da Amazônia: oportunidades econômicas e sustentáveis*, analisa a situação das riquezas da Amazônia da seguinte forma:

A gigante Amazônia ainda possui extensa área de densa floresta tropical, alta diversidade de espécies de animais e vegetais, distribuídas numa grande variedade de ecossistemas terrestres e aquáticos, traduzindo-se assim um enorme potencial econômico e de recursos genéticos para o futuro (REVILLA, 2000, p. 11).

O potencial da flora amazônica é altamente relevante. Ela compreende plantas produtoras de látex, de gorduras e de resinas, além de um grande número de plantas com potencial medicinal que despertam a cobiça internacional, como é o exemplo da graviola para o tratamento de diabetes (OLIVEIRA, 2002, p. 58-59).

Muitos recursos da floresta, no que tange tanto à flora quanto à fauna, têm sido extraídos e vendidos de forma ilegal sem que haja um processo de reposição de espécies. A proteção da biodiversidade brasileira é responsabilidade do poder público – União, estados, Distrito Federal e municípios – e da sociedade civil, que desempenha papel importante nessa tarefa (MEIRELES, 1999, p. 463). Esse tema tem sido foco central em eventos nacionais e internacionais que buscam traçar estratégias para garantir a preservação da biodiversidade. Nessa linha, a Convenção de Diversidade Biológica (CBD), firmada durante a Rio-92 e ratificada em 1993, visa, em seu Artigo 15, regular e proteger o acesso à biodiversidade por partes externas, reconhecendo os direitos soberanos dos Estados sobre seus recursos naturais e a autoridade para determinar o acesso a recursos genéticos pertencentes aos Estados (AMIN, 2017, p. 23-24).

2.2 Minerais

A Amazônia, além de possuir grande biodiversidade, é detentora de um dos maiores estoques de recursos minerais necessários para o desenvolvimento tecnológico do século XXI. As estatísticas levantadas pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), que buscava informações a respeito do potencial da estrutura produtiva dos recursos naturais da Amazônia, apontaram a região como possuidora de grandes estoques voltados para a produção de ferro, bauxita, alumínio, ouro e

pedras semipreciosas, além de outros minerais que não foram explorados de forma extensiva, como o cromo, o cobre, o zinco e o níquel (CETEM, 1991).

Uma das maiores reservas do Brasil é a província mineral de Carajás, que é também considerada uma das maiores do mundo. Ela configura uma das grandes anomalias geológicas do planeta no que tange à concentração de metais de uso industrial ou de alto valor unitário, cobrindo uma área de aproximadamente 120 mil quilômetros quadrados (BECKER, 1990, p. 65).

Dos Santos (1996, p. 177) atenta para a importância dessas riquezas na economia internacional, quando explica que: “os primeiros investimentos na Amazônia foram feitos por empresas estrangeiras, com o principal objetivo de verificar as potencialidades minerais dessa vasta região ainda desconhecida, considerando apenas seu usufruto”. Outra reserva de alta relevância para a indústria tecnológica é a de nióbio, encontrada principalmente no estado do Amazonas (VILLAS, 2008, p. 78). Esse e outros minerais da região estão altamente ligados ao desenvolvimento dessa indústria e despertam grande atenção do mercado internacional.

Toda essa riqueza mineral atribui à Amazônia uma posição geopolítica de destaque no cenário internacional como importante fonte de recursos minerais para o século XXI (AMIN, 2015, p. 27). Portanto, o interesse externo na extração dessas riquezas não é algo que surgiu na região de uma hora para outra. Essa cobiça orientou a ocupação do território amazônico, como aponta Da Silva (1996, p. 205): “o processo de ocupação econômica da Amazônia sempre obedeceu a imposição de interesses exógenos ligados à ideologia do desenvolvimento e, por essa razão, nunca respeitou o equilíbrio ecológico, pois considerava a região apenas fonte de matérias primas”.

No século XXI, o governo brasileiro deve garantir o desenvolvimento regional da Amazônia dentro da desejada nova ordem mundial de desenvolvimento sustentável. Assim, para proteger os recursos minerais da região amazônica, o poder público brasileiro deve considerar que toda essa riqueza exige técnicas de exploração e exportação a que possam ser incorporados processos ambientalmente sustentáveis (DA SILVA, 1996, p. 205).

2.3 Água

A Amazônia é considerada, também, a maior reserva hidrográfica do planeta. Um quinto de toda a água doce do mundo está localizado nessa região em uma rede hidrográfica, que conta com a bacia do rio Amazonas e o aquífero de Alter-do-Chão, que possui um volume de água de 86 mil quilômetros cúbicos. Nesse contexto de riqueza hídrica, o rio Amazonas, com mais de três mil afluentes, assume posição privilegiada dentro da dimensão geopolítica de utilização e preservação dos recursos naturais do planeta (AMIN, 2015, p. 31).

Pensando a questão da água em nível global, a escassez desse recurso nas mais diversas regiões do planeta tem se convertido em um dos temas mais importantes à escala mundial. Muito tem-se discutido sobre a disponibilidade de água para a sobrevivência do planeta e, especialmente, a sua acessibilidade como um direito da humanidade. No século XXI, a escassez de água é um processo gradativo, que se intensifica pelo desperdício, mau uso e forte dependência de quase todos os setores da economia por esse recurso que, aos poucos, fica cada vez mais limitado em todos os continentes (AMIN, 2015, p. 30-36). Essa escassez é vista hoje como uma futura causa para a geração de confronto armado entre países. Becker (2004, p. 43) destaca que “sua valorização reside na ameaça de escassez decorrente do forte crescimento do consumo, a tal ponto que é considerada o ‘ouro azul’, capaz de, à semelhança do petróleo no século XX, instigar guerras no século XXI”.

A Amazônia, nesse cenário, assume uma posição internacional de forte conteúdo geopolítico por apresentar um território amplo com uma disponibilidade hídrica única. Ribeiro (2005) enfatiza que os prognósticos sobre a evolução da crise mundial da água surtem efeitos preocupantes na geopolítica, de forma que se pode concluir, diante da fragilidade geopolítica da Amazônia, que esse aspecto não deixará de estar presente na agenda das discussões para a solução da crise mundial da água (RIBEIRO, 2005, p. 385). Desse modo, a Bacia Hidrográfica Amazônica, que representa potencial hídrico de valor estratégico, econômico e social, começa a exigir mais do governo brasileiro.

3 A Amazônia legal e as estratégias de defesa do governo brasileiro

A Amazônia, por possuir o maior estoque de recursos estratégicos – água, minerais, biodiversidade – do planeta, atrai atenções internacionais, que colocam em perigo a soberania nacional da região. Nesse trabalho, além da questão dos recursos, serão apresentados os limites geográficos da Amazônia Legal e sua relevância para as estratégias de defesa do governo brasileiro.

A crescente presença e proteção do Estado na Amazônia deixa claro o desejo e a necessidade da nação brasileira de afirmar a sua soberania e a sua capacidade em defender e desenvolver essa região. A Amazônia Legal, resultado de uma complexa configuração de três forças (populações ditas tradicionais, governos estaduais e cooperação internacional), surge com esse propósito. Mais do que uma fronteira móvel, é uma região fundamental presente em uma nova ordem mundial que traz outras configurações para o significado da geopolítica. Essa, por sua vez, não mais atua na conquista de territórios, mas sim na apropriação da decisão sobre seu uso (BECKER, 1990, p. 18).

3.1 Amazônia Legal

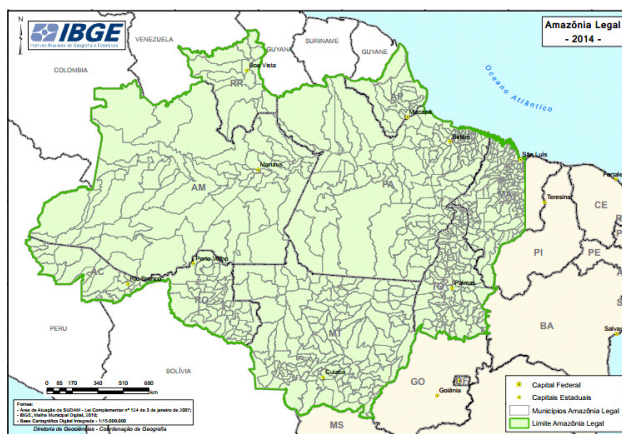
A Amazônia Legal não é um imperativo geográfico, mas sim uma imposição geopolítica do Estado brasileiro, criada com o intuito de organizar e promover o desenvolvimento da região. Para sua formação, o governo federal utilizou como base análises estruturais, englobando regiões com semelhantes problemas sociais, políticos e econômicos. Sua concepção é resultado da Lei 1.806, de 06 de janeiro de 1953, que também instituiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Nessa lei, além dos estados “originais” da Amazônia, foram acrescentados o estado de Goiás (norte do paralelo 13º de latitude sul, atualmente estado de Tocantins), o estado do Maranhão (oeste do meridiano 44º) e Mato Grosso (norte do paralelo 16º latitude sul)⁴.

Pela Lei 5.173, de 27.10.1966, que extinguiu a SPVEA e criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Amazônia Legal tem

⁴ BRASIL. Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/index.php/institucional?id=86>>. Acesso em: 30 set. 2017.

seu conceito reinventado para fins de planejamento. Em 1977, pelo artigo 45 da Lei complementar nº 31, de 11.10.1977, a Amazônia Legal tem seus limites ampliados, passando a incorporar todo o estado do Mato Grosso. Desde 1977, não ocorreu nenhuma adição ao território, que atualmente compreende nove estados, todos drenados pela Bacia Amazônica: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°).

Figura 1: Mapa da Amazônia Legal Brasileira



Fonte: (BRASIL. IBGE, 2014).

A Amazônia Legal corresponde a quase 60% da totalidade do território nacional e concentra apenas aproximadamente 12% da população brasileira. O controle efetivo dessa região e defesa de suas fronteiras sempre foi um desejo para o governo brasileiro, mesmo quando a Amazônia não era o principal foco das estratégias de segurança nacional. Ainda hoje, mesmo com o avanço da tecnologia, esse desejo se vê dificultado pela baixa densidade demográfica e vastidão territorial: “a pequenez do homem frente à natureza” (NASCIMENTO, 2013, p. 31).

3.2 A Amazônia e as Políticas de Segurança Nacional

Como já destacado anteriormente, a Amazônia é o território que mais concentra ameaças à segurança do país. Um dos principais motivos são as fronteiras

extensas e de difícil acesso, que representam portas para a entrada de contrabandistas, guerrilheiros e narcotraficantes. Nessa linha de pensamento, juntamente com o aspecto ambiental e a preocupação com os direitos humanos, a ação do narcotráfico e do crime organizado é um dos pretextos que justificariam a tão almejada internacionalização, fruto da cobiça internacional sobre a região. Dessa forma, é função do Estado brasileiro reduzir a incidência desses problemas, provando sua capacidade de gerenciar a região por meio de políticas governamentais efetivas (SILVA E PIERANTI, 2005, p. 6).

A Política Nacional de Defesa (PND) é o documento de nível mais alto do planejamento de defesa do Brasil. Ademais, é um exemplo de política governamental que trata da segurança e da defesa na região amazônica⁵. No que diz respeito especificamente à temática amazônica, a PND indica a região como uma área prioritária para a defesa nacional:

O planejamento da defesa inclui todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima. (BRASIL, 2005, p. 7).

Há, também, passagens do texto que indicam que a “atenção internacional” continua como uma das principais preocupações para a segurança nacional. Assim, uma das formas de assegurar a soberania sobre a região é torná-la mais estável, sanando problemas nas zonas de fronteiras. O fortalecimento de foros políticos, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)⁶, que tem como objetivo estimular o desenvolvimento integral da região e reforçar a soberania dos países sobre seus territórios amazônicos, é uma forma de evitar instabilidades.

Outro exemplo de política governamental é a Estratégia Nacional de Defesa (END), lançada em 2008 durante o governo Lula e revista em 2012. A END procura estabelecer diretrizes para capacitar as Forças Armadas, garantindo, assim, a segurança do país. Observa-se, também, que a garantia da soberania, do

5 BRASIL. Ministério da Defesa. PND. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>>. Acesso em: 1 out. 2017

6 BRASIL. Itamaraty. OTCA. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>>. Acesso em: 1 out. 2017.

patrimônio nacional e da integridade territorial são importantes Objetivos Nacionais de Defesa (OND).

3.3 A Função do Estado no Controle Efetivo do Território

Com o fim da Guerra Fria, observou-se o aumento da presença de atores não estatais nas relações internacionais e a mudança de temas na agenda internacional. As ameaças agora apontadas são difusas e incorporam, entre outros assuntos, a questão ambiental. Dessa forma, a preservação da região amazônica passa a ser pauta nos países desenvolvidos que, por sua vez, contestam a capacidade dos países da região de resguardar e gerenciar tal riqueza, considerada por eles como patrimônio da humanidade. Para impedir a internacionalização e garantir a soberania e desenvolvimento efetivo da região, o Estado brasileiro procurou articular políticas de defesa e segurança de cunho estadual e militar em âmbito regional e doméstico.

Com o objetivo de coibir a produção e o tráfico de drogas, monitorar as questões relativas ao crime organizado internacional, proteger a navegação fluvial e preservar o meio ambiente, o governo criou o projeto militar Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que entrou em vigor em 2002 e faz parte do SIPAM, Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM, 2008). O programa é controlado pela Aeronáutica e possui uma rede de radares terrestres fixos e móveis espalhados pela região, além de uma rede de sensoriamento remoto instalada em aeronaves. Ademais, são integrados ao SIVAM um subsistema de telecomunicações, cujo objetivo é recolher dados, e outro de visualização e análise dos dados obtidos, visando interpretar as informações (ALMEIDA, 2002, p. 44-45).

Outro exemplo é o Programa Calha Norte (PCN), concebido pela então Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN) e colocado em prática, em 1985, no governo de Sarney. O objetivo era militarizar a zona de fronteira da Amazônia, assim como integrar e desenvolver a região ao norte da calha do Solimões, buscando atender às carências vividas pelas comunidades locais (NASCIMENTO, 2013, p. 96). Entre as necessidades elencadas pela SG/CSN estariam: assistência às populações indígenas; intensificação das transações comerciais bilaterais; manutenção da soberania brasileira, com grande presença das

Forças Armadas; aumento da oferta de recursos sociais básicos (PILETTI, 2008, p. 68).

Dessa forma, pode-se observar o esforço do Estado brasileiro em garantir a soberania e a integridade da região. Sua ação não é realizada apenas através de vigilância, monitoramento e apoio militar, mas também por meio de integração e atendimento às comunidades locais.

4 A Cobiça Internacional

Não é de hoje que a Amazônia brasileira é objeto de desejo de outros países. Esse interesse, seja ligado à preocupação ambiental, seja relacionado ao acesso e controle de seus recursos, é facilmente explicado: ali estão o maior banco genético e um quinto da água doce do planeta, além de um enorme potencial econômico e uma extensa diversidade cultural.

Por ser detentor da maior parte do território da Amazônia, o Brasil, além de ter o direito a exercer soberania sobre a região, tem também o dever de proteger suas riquezas. Dessa forma, o governo brasileiro não deve deixar de controlar estrategicamente a região, promovendo o desenvolvimento sustentável, a mobilidade e a segurança. Porém, a Amazônia não é só brasileira: países vizinhos compartilham de problemas semelhantes aos brasileiros, e países desenvolvidos demonstram interesse pelos recursos da região. Assim, é fundamental visualizar as ameaças à Amazônia em diversos níveis, e não apenas no nacional (PENNA FILHO, 2015, p. 20).

No plano internacional, por exemplo, o comportamento de cobiça se intensificou no último quarto do século XX, quando discursos ecológicos e ambientais se consolidaram. Além da retórica preservacionista de países que ressaltaram a importância de “proteção” internacional da região e classificaram a Amazônia como “patrimônio da humanidade”, também é possível observar a ação de Organizações Não Governamentais (ONGs) “que utilizam tanto a retórica ambiental quanto a indigenista para promover interesses contrários aos nacionais dos países amazônicos, tais quais percebidos por seus diferentes governantes” (PENNA FILHO, 2015, p. 22).

4.1 Presença Histórica

A cobiça à região amazônica já se fazia presente no período colonial do Brasil. O controle da região estratégica da foz do rio Amazonas preocupava os portugueses, que entraram em diversos conflitos na região para assegurar a posse desta área. Essa preocupação lusa em assegurar o controle da foz do Amazonas, como destaca Meira Mattos, é de extrema importância:

Graças à ação do governo de Lisboa, protegendo a cobiçada foz do Amazonas, expulsando aventureiros ingleses, holandeses e franceses que se atreveram rio acima, e expandindo os marcos de ocupação lusa até as proximidades das nascentes andinas do grande rio e seus principais afluentes de margem norte, foi possível aos demarcadores da fronteira assente através do Tratado de Madri (1750) firmado no princípio do *utis possidetis* comprovar a antecipação de ocupação lusa do imenso leque norte e oeste do grande rio e seus afluentes, dando nascimento ao atual delineamento da fronteira da Amazônia brasileira (MATTOS, 1980, p. 36).

De modo geral, o cuidado de Portugal durante o período do Brasil colônia nessa área foi a incorporação do território amazônico com o intento de aumentar seus domínios territoriais além-mar. Os esforços do governo português e, mais tarde, do governo brasileiro, eram voltados para a consolidação das fronteiras do Brasil com seus países vizinhos (NASCIMENTO, 2013, p. 22-23).

Além de uma relevância objetiva, que envolvia a consolidação do espaço territorial, a Amazônia também possuía uma importância simbólica, exaltando-se suas potencialidades naturais e magnitudes hidrográficas. As preocupações relacionadas com a questão do povoamento e com o aumento do controle estatal na região surgiram mais tarde, com diversas iniciativas para sua valorização econômica (NASCIMENTO, 2013, p. 22-23).

Posteriormente, no século XIX, manifestou-se a primeira percepção de “ameaça”: um plano norte-americano de ocupação da região. Esse plano, atribuído ao empreendedor William Trousdale, era pautado na transferência da população negra dos Estados Unidos para a exploração de borracha e algodão amazônico. Nesse contexto, os Estados Unidos pressionaram o Brasil para que abrisse a navegação dos rios amazônicos às nações amigas. O Comandante Matthew Maury, chefe do Observatório Naval de Washington, defendia a livre navegação alegando que o rio

Amazonas deveria ser incorporado ao status do Direito Marítimo. A saída diplomática encontrada pelo Brasil foi permitir estrategicamente a navegação dos rios da região pelos países ribeirinhos superiores, adiando o pedido norte-americano até que fosse possível incentivar a ocupação da área com população nacional (PAIVA, 2006, p. 58).

Mais tarde, em 1876, a atenção do Estado voltou-se novamente para a região, quando o inglês Henry Alexander Wickham levou milhares de sementes de seringueiras para a Inglaterra. De lá, foram enviadas ao Oriente, onde iniciou-se uma cultura. Em algumas décadas, o comércio de borracha da Ásia havia destruído o monopólio que o Brasil exercia sobre essa atividade. Desde então, o Estado preocupa-se ainda mais com a segurança dos recursos naturais da região, impondo multas pesadas pela extração ilegal de produtos amazônicos e vendo com desconfiança a atuação de atores internacionais na região (MACHADO, 2008, p. 6).

No começo do século XX, a Bolívia se encontrava em situação de forte desvantagem, ameaçada territorialmente por países vizinhos. Para proteger seu território, o país se aliou a uma companhia essencialmente estadunidense, conhecida como Bolivian Syndicate. Com a possível instalação da corporação na região, o Brasil viu sua soberania territorial e seus interesses econômicos ameaçados pela expansão imperialista estadunidense. É esse episódio, portanto, que levou à anexação do Acre, através de intensa mobilização diplomática na gestão do Barão do Rio Branco (BARBOSA, 1975). Ainda no início do século XX, é possível observar o surgimento de manifestações de políticos europeus, que demonstravam interesse nos recursos da região. Esse é o caso do chanceler alemão, Barão Oswald Richtöfen, que em 1902 já propunha que “seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia” (PAIVA, 2006, p. 58).

4.2 A Internacionalização da Amazônia

Como mencionado anteriormente, a preocupação com a internacionalização da Amazônia surge no período colonial, quando os portugueses procuravam evitar invasões holandesas, inglesas e francesas na região da foz do rio Amazonas. Essas invasões tinham por objetivo a transferência da área da foz para os invasores, ferindo

o então domínio português. A securitização da região, de acordo com Silva (2007, p. 84), tem origem nesse momento do Brasil colônia.

O perigo atual da internacionalização, porém, nasceu no final da década de 1950, quando a região antártica foi submetida ao julgo internacional, através do Tratado da Antártica. Nesse cenário, o governo brasileiro, apreensivo com a atuação de forças externas em seu território, criou a Zona Franca de Manaus (ZFM), com o objetivo de “integrar a Amazônia Ocidental às dinâmicas socioeconômicas nacionais” (MACHADO, 2008, p. 5). A ZFM, além de promover a integração produtiva e social do país, viabiliza uma base econômica na Amazônia Ocidental e garante a soberania do Estado sobre suas fronteiras.

Contudo, é apenas a partir da década de 1970 que o “fantasma” da internacionalização volta com uma nova máscara: a questão ambiental. Esse período de popularização da temática ecológica foi marcado por uma forte pressão para a internacionalização da Amazônia, apoiada no discurso ambientalista que se potencializou após a Conferência de Estocolmo de 1972 e a Eco-92. Ambas as declarações alegam que o princípio da soberania se aplica ao direito do Estado de desenvolver seus recursos naturais (BRASIL, 2011). Entretanto, segundo um relatório das Nações Unidas intitulado “Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, publicado em 1988, a questão ambiental traz à tona uma nova análise sobre o conceito de soberania tradicional, visto que a insegurança ambiental ameaça as nações (NASCIMENTO, 2013, p. 39).

A Declaração de Estocolmo, como outros documentos, reconheceu que há uma classe crescente de problemas ambientais que afetam o domínio internacional público e que, por isso, requerem grande cooperação entre nações e ações pelas organizações internacionais em favor do interesse comum. Entretanto, a proteção da Amazônia faz com que a soberania e o interesse da humanidade entrem em desacordo. Como mostrado por Nascimento,

O mau gerenciamento dos recursos naturais era tido como um perigo para toda a humanidade e abria espaço para intervenções. Discursos com esse tom foram muito comuns vindos de potências mundiais, que curiosamente, não possuíam (nem possuem) políticas de desenvolvimento nacionais cunhadas pelo desenvolvimento sustentável e pela preocupação com o bem-estar da população mundial e/ou preservação ambiental (NASCIMENTO, 2013, p. 40).

Para sobreviver, as grandes potências dependem do acesso à vasta fronteira internacional de recursos naturais estratégicos. A região amazônica, por sua vez, possui grande estoque desses recursos e, assim, passa a ser referência nas políticas de planejamento estratégico por parte de economias hegemônicas. Essas políticas, muitas vezes, escondem interesses materiais e geopolíticos, mascarados por uma hipotética preocupação ambiental. Em 2005, por exemplo, o ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy, disse que “a Amazônia e as outras florestas tropicais do planeta deveriam ser consideradas bens públicos mundiais e submetidas à gestão coletiva – ou seja, gestão da comunidade internacional” (PAIVA, 2006, p. 58-59).

Como forma de contrapor-se às ameaças à Amazônia, o Estado brasileiro buscou executar uma série de medidas estratégicas voltadas para o efetivo desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental), o fortalecimento militar da região e a cooperação com países vizinhos (POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL, 1996, p. 8). No documento da Estratégia Nacional de Defesa, é ressaltado que o Brasil:

Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil. (ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, 2008, p. 5).

4.3 Novas medidas adotadas para manter a soberania nacional

Ao longo da década de 2010, o Estado brasileiro vem executando uma série de medidas que procuram defender, integrar e desenvolver a Amazônia. Dessa forma, foi lançado, no primeiro governo Dilma, o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF)⁷. O plano previa ações para reprimir o crime organizado e o contrabando na zona de fronteiras, além de melhorar as condições de vida da população. De caráter integrador, o PEF era executado por meio de operações de responsabilidade dos ministérios da Defesa (Operação Ágata) e da Justiça (Operação Sentinela). Em cinco meses, as operações excederam expectativas: apreenderam mais de 115

⁷ BRASIL. Ministério da Defesa. Plano Estratégico de Fronteiras. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/3859-15122011-defesa-resultados-do-plano-estrategico-de-fronteiras-sao-positivos-avalia-vice-presidente>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

toneladas de maconha, realizaram quase onze mil atendimentos médicos e efetuaram mais de quatro mil prisões em flagrante.

Com o tempo, no entanto, as operações tiveram seus resultados diminuídos em função de sua previsibilidade. Por isso, foi instituído, em 2016, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)⁸. O PPIF conta com a reformulação da Operação Ágata, realizando-a de forma contínua e tornando-a fator surpresa para as quadrilhas organizadas.

Outro exemplo de ação governamental para conter as ameaças à Amazônia é o Projeto de Monitoramento da Cobertura Florestal, uma iniciativa da OTCA⁹, que visa à implementação de sistemas integrados de monitoramento. Essa iniciativa, reflexo da cooperação com países vizinhos, contribui para a gestão florestal nos temas relativos à ocupação da terra, ao desenvolvimento sustentável e ao desmatamento. Ao longo do período de 2011 a 2017, pode-se ressaltar o amadurecimento do diálogo entre os países membros, a elaboração de Mapas Regionais do Desmatamento Amazônico e a instalação de Salas Nacionais de Observação, voltadas para o acompanhamento da região.

5 Considerações Finais

Respondendo à pergunta proposta no início desse artigo, “como a Amazônia, patrimônio geoestratégico brasileiro, é alvo de cobiça internacional?”, pode-se afirmar que a grande quantidade de recursos minerais e hídricos e a extensa biodiversidade da Amazônia têm sido objeto de imenso interesse de apropriação, desde o período colonial, por parte de diversos países e instituições internacionais. Essa cobiça é potencializada pelo fim da bipolaridade, pela introdução de novos temas na agenda internacional (questão ambiental e indígena, narcotráfico) e pelo discurso ambientalista reproduzido na Conferência de Estocolmo de 1972 e na Eco-92.

Seguindo essa linha de pensamento, a escassez de recursos naturais ficou ainda mais clara depois da virada do século. Fruto da globalização, a nova dinâmica

8 BRASIL. Governo. Programa de Proteção Integrada de Fronteiras. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/11/2016&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=148>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

9 BRASIL. Itamaraty. OTCA. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>>. Acesso em: 1 out. 2017.

internacional requer maior busca e exploração de recursos estratégicos, uma vez que esses são necessários para o crescimento da economia mundial e, principalmente, para a preservação da colocação privilegiada das grandes potências.

Como explicitado nesse artigo, há tempos que personalidades e chefes de Estado exteriorizam sua opinião a favor da limitação da soberania nacional sobre a região amazônica com o intuito de obter acesso às riquezas aqui encontradas. No raiar do século XXI, essas opiniões vieram em forma de crítica ao modelo de conservação que o governo brasileiro vem adotando para a região, mascaradas pela suposta preocupação ambiental. Essas críticas, que questionam a capacidade do Estado brasileiro de proteger a Amazônia como um bem natural, sugerem diversas mudanças que afetam a integridade, a soberania e a segurança do país.

Assim, é essencial destacar a importância da ação do governo brasileiro frente a essas ameaças. Para assegurar a soberania nacional, a segurança territorial e a defesa de seus recursos estratégicos, o Estado brasileiro buscou implementar programas e políticas governamentais, como o Programa Calha Norte, com forte presença das Forças Armadas e assistência às comunidades locais; a Política Nacional de Defesa, que atenta à defesa da região e incentiva o fortalecimento de foros políticos; a Zona Franca de Manaus, modelo de desenvolvimento econômico que promove integração produtiva e social dessa região; o SIVAM, que faz parte do Sistema de Proteção da Amazônia, e é responsável pelo controle ambiental, do tráfego aéreo e de ações de contrabando; o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, que reprime o crime organizado e o contrabando nas fronteiras e o Projeto de Monitoramento da Cobertura Florestal, que visa à implementação de sistemas integrados de monitoramento.

Por derradeiro, conclui-se que o Brasil ainda possui um longo caminho a percorrer para alcançar efetivo controle e manutenção de sua soberania na região amazônica. É fato, contudo, que as políticas públicas e os projetos já adotados vão ao encontro desses objetivos, mantendo a Amazônia como valiosa parte do país, protegida da cobiça internacional pelos seus recursos geoestratégicos.

The strategic resources of the brazilian amazon and the international greed

ABSTRACT: This article discusses the geostrategic importance of the Brazilian Amazon and the international greed about its resources. This region, due to its wealth, has great geostrategic value for Brazil. Because of the growing need for resources to move the global economy and the gradual reduction of the inventories around the planet, the Amazon is attracting more and more attention from developed countries, which covet the potential of this part of the Brazilian territory. In this geopolitical reality, a greater presence of the Brazilian State has become necessary in the region, besides the formulation of strategies for the defense and the economic development of this area, with the purpose of assuring and protecting the national sovereignty and patrimony.

Keywords: Amazon. Natural resources. International greed. National defense. National sovereignty.

Referências

ALMEIDA, Carlos Wellington Leite. *Sistema de Vigilância da Amazônia- SIVAM, perspectivas da economia de defesa*. Manaus, 2002. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0AEFFBB24CA4>>. Acesso em: 29 set. 2017.

AMIN, Mario Miguel. *A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos no século XXI*. Revista Crítica de Ciências Sociais. Belém, [Online], ed.107/2015, 04 set. 2015. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5993>>. Acesso em: 15 out. 2017>.

BARBOSA, Rui. *Obras Completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975.

BECKER, Bertha Koiffmann. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, Bertha Koiffmann. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. Governo. *Programa de Proteção Integrada de Fronteiras*. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/11/2016&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=148>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BRASIL. Greenpeace. *Amazônia: Patrimônio brasileiro, futuro da humanidade*. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Amazonia/>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa da Amazônia Legal Brasileira*, 2014. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_regionais/sociedade_e_economia/amazonia_legal/amazonia_legal_2014.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Ministério da Defesa. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>>. Acesso em: 1 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Plano Estratégico de Fronteiras*. Ministério da Defesa. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/3859-15122011-defesa-resultados-do-plano-estrategico-de-fronteiras-sao-positivos-avalia-vice-presidente>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Legislação da Amazônia*. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/index.php/institucional?id=86>>. Acesso em: 30 set. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>>. Acesso em: 1 out. 2017.

DA SILVA, G.G. Recursos minerais da Amazônia: uso, desuso e abusos. In: PAVAN, Crodowaldo (Org.). *Uma estratégia latino americana para a Amazônia*, vol. 2. São Paulo: UNESP, 1996. 205-208.

DOS SANTOS, Breno Augusto. Potencial mineral da Amazônia para o século XXI e os problemas ambientais relacionados. In: PAVAN, Crodowaldo (Org.). *Uma estratégia latino americana para a Amazônia*, vol. 2. São Paulo: UNESP, 1996. 175-204

FERNANDES, F. R. C.; PORTELA, I. C. M. H. M.. Recursos minerais da Amazônia: alguns dados sobre situação e perspectivas. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 1991. Disponível em: <<http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/296>>. Acesso em: 18 out. 2017.

Revista Consultor Jurídico. *INTERNACIONALIZAÇÃO da Amazônia e a soberania brasileira*. Revista Consultor Jurídico, 1 set. 2002. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2002-set-01/internacionalizacao_amazonia_soberania_brasileira>. Acesso em: 5 out. 2017.

MACHADO, Artur Andrade da Silva. *A estratégia brasileira para nacionalizar a Amazônia*. Revista Meridiano 47. Brasília, n. 97, p. 5-8, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/890/556>>. Acesso em 22 set. 2017.

MATTOS, Carlos Meira. *Uma geopolítica Pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo brasileiro*. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 1999. Livro eletrônico.

NASCIMENTO, Marina Rodrigues. *O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional*: uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www>.

esg.br/images/Compendio_da_Defesa/Dissertacoes/2013;%20Nascimento,%20Mariana%20Rodrigues%20do.pdf>. Acesso em 28 set. 2017.

OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. *Globalização e soberania: o Brasil e a biodiversidade amazônica*. – Brasília: Fund. Milton Campos: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 2002.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. *Amazônia: Vulnerabilidade- Cobiça- Ameaça*. Revista PADECEME. Rio de Janeiro, n.12, p.57-64, 2006. Disponível em: <<http://servweb.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/viewFile/415/362>>. Acesso em: 20 set. 2017.

PEIXOTO, Rosenely Diegues. *A Convenção sobre Diversidade Biológica e o seu impacto no Brasil através do Fundo para o Meio Ambiente (Fumam)*. Brasília, 2000. 152 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Universidade de Brasília., Brasília.

PENNA FILHO, Pio. Interações regionais e pressões internacionais sobre a pan-Amazônia: perspectivas brasileiras. In: GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELLO, Laerte Peotta. *Amazônia e atlântico sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*. Brasília: IPEA, 2015. 17-38. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26107>. Acesso em: 10 out. 2017.

PIERANTI, Octavio Penna; SILVA, Luiz Henrique Rodrigues. *A questão amazônica e a política de defesa nacional*. Caderno EBAPE.BR, online, v. 5, n. 1, Brasília, 2007. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5013/3747>>. Acesso em: 24 set. 2017.

PILETTI, Felipe José. *Segurança e defesa da Amazônia: o exército brasileiro e as ameaças não-tradicionais*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008. Disponível em:< <http://hdl.handle.net/10183/14386>>. Acesso em: 28 set. 2017.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial da Editoração e Publicação. 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1112>>. Acesso em: 10 out. 2017.

RIVELLA, Juan. *Plantas da Amazônia: oportunidades econômicas e sustentáveis*. Manaus: SEBRAE/AM, 2001.

SILVA, Altiva Barbosa. *Geopolítica na fronteira norte do Brasil: o papel das Forças Armadas nas transformações espaciais do estado de Roraima*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28052010-102349/pt-br.php>>. Acesso em: 1 out. 2017.

STROH, Paula Yone. *Fitzcarraldo e a Agenda 21: desafios da sustentabilidade amazônica*. Brasília, 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília (UNB), Brasília.

VILLAS, Raimundo Netuno. *Megapotencialidades minerais*. Revista Scientific American Brasil: Amazônia: a floresta e o futuro, São Paulo, ed. 2, p. 76-83, 22 ago. 2008.